

Brasília-DF



ROSANA HESSEL (INTERINA COM EDUARDA ESPOSITO E ISRAEL MEDEIROS)

deniserothenburg.df@dabr.com.br

Alternativas em pauta

O ministro Fernando Haddad deixou de viajar aos EUA para buscar opções de medidas capazes de compensar a perda de receita com o arquivamento da MP 1303/2025. Ele pretende apresentar as sugestões ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva quando ele retornar da viagem à Itália. O economista Gabriel Leal de Barros, economista-chefe da ARX Investimentos, acredita que o ministro deverá buscar receitas extraordinárias com leilões de áreas de petróleo e no projeto de lei das renúncias fiscais.

No limite

Ao analisar o tamanho da carga tributária do Brasil, a Instituição Fiscal Independente (IFI) foi taxativa ao afirmar que não há mais espaço para aumento de imposto. Em 2024, somou 34,24% do Produto Interno Bruto (PIB), segundo dados do Observatório de Política Fiscal do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), dado que coloca o país na liderança do ranking entre emergentes e latino-americanos. Em nota técnica divulgada na sexta-feira (10), o diretor-executivo da IFI, Marcos Pestana, avaliou que “no cenário fiscal e orçamentário do setor público o céu não é o limite”. “Há graves restrições e consequências importantes que, mais cedo ou mais tarde, se apresentarão, se a rota não for alterada”, acrescentou.

Jabuti na reforma do IR

Após o enterro da MP 1303/2025, integrantes do governo cogitaram a inclusão de uma emenda tributando as bets na reforma do Imposto de Renda no Senado Federal. Contudo, há quem diga que não é uma boa ideia retornar qualquer matéria positiva para a Câmara, entre eles, o senador Eduardo Braga (MDB-AM), que foi sondado sobre esse assunto, segundo fontes da Esplanada. A matéria, aprovada pelos deputados por unanimidade, agora, está no Senado sob a relatoria do senador Renan Calheiros (MDB-AL).

Alagoas que decide

Nos bastidores, parlamentares têm usado o bom humor sobre a relatoria do senador Renan Calheiros na reforma do Imposto de Renda, que amplia a faixa de isenção para R\$ 5 mil. Alguns dizem que é bom Alagoas ficar com a justiça tributária brasileira.

“Missão impossível”

A recente derrota do governo na votação da Medida Provisória 1303/2025, que tratava de medidas compensatórias ao Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e previa, inicialmente, uma receita de R\$ 50 bilhões entre 2025 e 2026, deixou mais um buraco nas contas públicas. A equipe econômica liderada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, terá o desafio de buscar novos recursos para fechar as contas que seguem desequilibradas — algo improvável na atual conjuntura, segundo analistas. Para eles, o arcabouço fiscal perdeu o resqúio de credibilidade que restava e o rombo fiscal tende a girar em torno de R\$ 100 bilhões no próximo ano, quando o limite inferior da meta é de déficit zero.

“Vai ser difícil para o governo achar alternativas com um tempo tão curto até o processo eleitoral. O governo vai acabar tendo que mudar a meta. O quanto antes fizer isso melhor, porque traz menos turbulência para o próprio

governo no ano que vem”, afirmou à coluna Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados. Para ele, será “quase impossível” para o governo conseguir cumprir a meta pelo piso em 2026 com o déficit de R\$ 100 bilhões. “Seria uma quantidade grande de recursos a serem bloqueados”, acrescentou.

Além de criar novas despesas, o governo pretende abater do arcabouço o socorro aos exportadores afetados pelo tarifaço dos Estados Unidos e cogita abater até investimentos na área de Defesa, o que vem sendo criticado por analistas. Eles apontam a perspectiva de piora do quadro fiscal após a derrota na Câmara como um dos motivos para a disparada de 2,39% do dólar na sexta-feira, para R\$ 5,50. “Basicamente não existe mais meta fiscal”, resumiu Gustavo Cruz, estrategista-chefe da RB Investimentos, à coluna.



TRABALHO

Governo e Câmara fecham acordo para aumento do benefício de forma gradual até 2031, quando chegará a 30 dias

Licença-paternidade será ampliada

» DANANDRA ROCHA

O governo federal e líderes da Câmara dos Deputados chegaram a um consenso sobre a ampliação gradual da licença-paternidade no país. A proposta, relatada pelo deputado Pedro Campos (PSB-PE), prevê que o benefício passe a ser de 10 dias a partir de 2027, com aumento progressivo até atingir 30 dias em 2031.

O acordo, ao qual a *Folha de São Paulo* teve acesso, foi costurado com o apoio da bancada feminina e de representantes do Palácio do Planalto, e define que o custo da licença será coberto pela Previdência Social. Atualmente, o pagamento é responsabilidade das empresas. A mudança busca reduzir a resistência do setor privado e aproximar as condições do benefício às da licença-maternidade, já custeada pelo governo.

A proposta atende a uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que determinou que o Congresso Nacional regulamentasse o tema — pendência existente desde a Constituição de 1988.

Orçamento

De acordo com estimativas da consultoria da Câmara, o impacto financeiro será elevado e deve apertar ainda mais o Orçamento da União, que precisará buscar novas fontes de receita ou cortar despesas. Em 2027, o gasto previsto é de R\$ 4,34 bilhões, podendo chegar a quase R\$ 12 bilhões, em 2031. Esse valor, porém, pode variar conforme a política de reajuste do salário mínimo. Se o piso salarial for corrigido apenas pela inflação, o custo cairia pela metade, alcançando R\$ 6,9 bilhões ao fim do período.

O texto não define uma nova

Marcelo Camargo / Agência Brasil



Licença maior para os pais será custeada pela Previdência

fonte de custeio, mas vincula o pagamento à Previdência. Uma tentativa de associar a proposta à Medida Provisória que aumenta elevava impostos foi descartada após a MP ser rejeitada no Congresso.

A proposta original, apresentada pela bancada feminina, previa 60 dias de licença em cinco anos, mas o governo considerou o impacto financeiro — estimado em R\$ 118 bilhões em uma década — inviável no momento.

Mesmo com a nova regra, os pais poderão usufruir de até 45 dias de afastamento, caso a firma participe do Programa Empresa Cidadã, que oferece incentivos fiscais para ampliar o benefício em mais 15

dias. O projeto também permitirá o fracionamento da licença, com metade do período logo após o nascimento ou adoção e o restante dentro de seis meses.

Além disso, o texto assegura estabilidade de um mês no emprego após o retorno e prevê prorrogação automática em caso de internação da mãe ou do bebê. Em situações de falecimento da mãe, o pai poderá ter até 120 dias de afastamento.

O texto ainda estabelece que o benefício poderá ser suspenso por decisão judicial nos casos de violência doméstica ou abandono material comprovados. A votação na Câmara deve ocorrer nas próximas semanas.



EDIÇÃO Nº 1022 | ANO 50

Boletim informativo das Organizações PaulOOctavio

12 DE OUTUBRO DE 2025 | BRASÍLIA/DF



DOAÇÃO À COMUNIDADE

PAULOCTÁVIO ENTREGA A REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA QUERO-QUERO, EM ÁGUAS CLARAS

Moradores de Águas Claras ganharam um espaço de lazer totalmente renovado. A Praça Quero-Quero foi entregue à população após passar por processo de revitalização, fruto da parceria entre o Governo do Distrito Federal e a PaulOOctavio. Entre as melhorias, foram realizados o replantio da vegetação, a troca do pavimento, a restauração e pintura dos brinquedos e da quadra poliesportiva. A praça também recebeu nova iluminação pública.

Na cerimônia de entrega, o administrador regional de Águas Claras, Gilvando Galdino, destacou a transformação completa da praça, que se encontrava abandonada. “A parceria público-privado possibilitou refazer calçada, quadra e playground, que agora conta com brinquedos modernos. O mais importante é a qualidade de vida que todos recuperam”, destacou. “Quando assumimos, a praça estava completamente destruída. Revitalizamos tudo. Queremos que a praça cumpra seu papel social, oferecendo lazer e convivência para a comunidade”, afirmou Ricardo Cerqueira, diretor de Arquitetura Comercial da PaulOOctavio.

www.paulooctavio.com.br